O FUTURO DO TRABALHO: O QUE PENSAM OS JOVENS DO PROJETO NOVOS OL HARES¹?

Maria da Conceição da Silva Freitas Cauan Braga da Silva Cardoso Raul Henrique Athayde Braz

RESUMO

A transição para a vida adulta incorpora a perspectiva dos jovens no plano de desenvolvimento do país. Com foco no trabalho, foram analisadas as entrevistas do projeto Novos olhares. Desenvolvido na periferia do Distrito Federal e constituído em encontros com jovens de três regiões administrativas e de três cidades do Entorno, para a elaboração do mapa da juventude de cada cidade e fóruns com os gestores públicos locais. Há concentração na faixa etária de 16 a 18 anos, são solteiros, nascidos no Distrito Federal 64% e em outros estados 22%. Todos moram com os pais, 58% têm o Ensino Fundamental incompleto. Conversam sobre o futuro profissional com os amigos 84%, familiares 38% e professores 16%. Querem trajetória universitária 98% e profissionalizante 95%. O setor que mais emprega é o de serviços 23%, têm negócio próprio 14%, e 28% fazem estágio. Recebem salário mínimo 87%, porém 90% não têm carteira assinada e 27% trabalham mais de seis horas diárias. O prolongamento da juventude dos filhos da classe trabalhadora caracteriza-se pela precocidade da entrada no trabalho precário. Mas a experiência do trabalho apresenta-se como estratégia individual (portfólio *worker*) para garantir a inserção profissional.

Palavras-chave: juventude; trabalho; inserção profissional; orientação profissional

ABSTRACT

The transition to adult life includes the youth's perspective and perception of the way in which their nation is investing in their future. A cutout was made in relation to work, based on data obtained from the young participants of interviews during the project New Perspectives, an attempt to stimulate reflections upon the themes that concern the lives of young people in the suburban area of the Federal District. Consisted in meetings with young people from three different Administrative Regions of the Federal District and from three Entorno towns; the elaboration of a Youth Map for each town; and meetings with the local government's public management. The ages were of 16 and 18, all of them were single. 64% were born in the Federal District, and 22% in another state. All of the subjects lived with their parents, of whom 80% had an education level of "incomplete Fundamental Education". 84% discuss their professional future with their friends, whereas 38% talk to their families and 16% with their teachers. 98% would like to enrol in University and 95% hope to gain technical/trade qualifications. The sector that employs most is Services, comprising 24%. 14% have their own businesses. 28% are employed as interns. 87% earn minimum wage, but 90% do not have their work documents signed by their employers, and 27% work over 6 hours per day. The social moratorium of the working class youth is evidenced by the prolongment of their juvenile years by their precarious entrance into the workforce at an early age. However, their experience of work presents itself as an individual project (worker portfolio) to grant them the experience and skills required by employers.

Keywords: youth; work; professional insertion; vocational guidance

O Observatório da Juventude é um projeto especial do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (Ceam). Foi implementado em 2008 e seu principal projeto chama-se Novos olhares. Desde 2009, está nas regiões administrativas do Distrito Federal de Ceilândia (2010), Brazlândia (2009) e São Sebastião (2010) e nas cidades do Entorno de Águas Lindas (2010), Novo Gama (2009) e Planaltina de Goiás (2010). Em 2011, o projeto chegou ao Paranoá e, pela segunda vez, em São Sebastião. É coordenado pela professora Leila Chalub Martins.

Em comparação com os adultos, os jovens têm maior probabilidade de ficarem desempregados e terem seu potencial reduzido por falta de acesso ao trabalho decente e produtivo (SILVA-FREITAS, 2004). Resta-lhes a certeza de integração no desemprego ou subemprego. Dados recentes da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2010) analisam a vulnerabilidade dos jovens frente ao desemprego e ao déficit de trabalho decente e evidenciam a elevação do desalento. Estima-se que o número de jovens (15 a 24 anos) desempregados diminuiu, passando de 79,6 milhões em 2009 a 77,7 milhões em 2010. Apesar disso, estas cifras seguem superiores aos 73,5 milhões registrados em 2007. Em 2010, a taxa de desemprego dos jovens foi de 12,6 %, superior a 11,8% de 2007, embora ligeiramente inferior a 12,8% de 2009. No Brasil, estudos preliminares do Dieese (2007) registram que a taxa de desemprego aberto da população adulta diminuiu levemente (6,1%, em 2005), mas o desemprego dos jovens aumentou (19,1%, em 2005), impedindo uma queda da taxa geral de desemprego.

A abordagem teórica deste estudo fundamenta-se na noção de que a juventude na faixa etária de 15 a 24 anos¹ vive um momento de transitoriedade para a vida adulta. Adotar o conceito de inserção no mercado de trabalho como marco da transição para a vida adulta² pode obscurecer a concepção da juventude como etapa transitória. A partir da década de 1990, surge a abordagem do jovem como sujeito de direitos, cujas especificidades e necessidades passam a ser reconhecidas no espaço público como demandas cidadãs legítimas (ABRAMO, 2005 apud SILVA; ANDRADE, 2009, p. 49). Apesar do reconhecimento das culturas juvenis, e a sua adoção como "modelo cultural" ter contribuído para a *juvenilização* da sociedade (PAIS, 2003; PERALVA, 1997), a inclusão juvenil no desenvolvimento econômico requer reflexões consensuadas e amadurecidas. O que os jovens esperam do futuro do trabalho? Por que os jovens estão tão preocupados com o trabalho? Para a compreensão do problema da inserção profissional dos jovens partimos de dois pressupostos: a conceituação de juventude e trabalho e as políticas públicas de trabalho para a juventude que concebem o jovem como ator social.

JUVENTUDE E TRABALHO

Conforme Bourdieu (1983) é um equívoco conceber a juventude como um grupo unitário. Existem juventudes identificadas por diferentes contextos culturais. O tema da juventude inscreveu-se como questão social no mundo contemporâneo, ora como etapa problemática, exigindo controle social tutelar e repressivo, ora como fase preparatória e transitória para a vida adulta, o que exigiria esforço coletivo — principalmente da família e da escola — no sentido de "preparar o jovem" para ser adulto ajustado e produtivo (AQUINO, 2009). A compreensão transicional é atualizada pela noção de moratória social: um crédito de tempo concedido ao indivíduo que protela sua entrada na vida adulta para adquirir conhecimento, experiências educacionais e treinamento. Todavia, novos fenômenos sociais apontam os limites para a compreensão da juventude. Destaca-se a dinâmica demográfica/bônus demográfico trazendo a concepção de jovem como ator social de desenvolvimento e, as mudanças no mundo do trabalho com reflexos nas estratégias de inserção profissional dos jovens.

A distribuição etária da população mundial resulta do crescimento excepcional do mundo jovem. No caso brasileiro, em 2000, a população de 15 a 29 anos era de 47 milhões. Este número resulta de uma característica particular da dinâmica demográfica brasileira dos anos 1970 e 1980, conhecida por "onda jovem" (CAMARANO et al., 2009, p. 73). O aumento relativo da população em idade ativa evidencia a possibilidade de efeito positivo sobre a dinâmica do desenvolvimento socioeconômico e, por isso, tem sido qualificado como *bônus demográfico* que, sofre ameaça da crise do emprego. Disto configuram-se duas grandes tendências entre os jovens. Para os de origem social privilegiada, o adiamento da procura por colocação profissional dá continuidade à dependência financeira de suas famílias, com o prolongamento da escolaridade que permite conseguir inserção econômica mais favorável no futuro. Aos demais, que são obrigados a trabalhar, muitos acabam se submetendo ao subemprego, o que, em algum grau, também os mantêm dependentes de suas famílias. Em ambos os casos, o adiamento da conclusão da passagem para a vida adulta enseja uma tendência de *prolongamento da juventude*. Os participantes do projeto Novos olhares são jovens do Entorno de Brasília, filhos das classes trabalhadoras – de que forma ocorre o prolongamento da juventude entre eles?

Compreender a inserção profissional juvenil requer pensar a sociedade atual como uma totalidade, na qual mudanças tecnológicas e organizacionais fazem emergir um novo modelo de trabalho composto por três aspectos (MERCURE, 2007). Primeiro,

¹ Esta noção foi adotada pelo Observatório da Juventude da Universidade de Brasília, de acordo com a definição da ONU.

O processo de transição para a vida adulta é visto não só como a passagem da escola para o trabalho, mas como um fenômeno mais complexo que envolve a formação escolar, a inserção profissional e a constituição de um novo núcleo familiar, que pode ocorrer via casamento, nascimento do primeiro filho e /ou saída da casa dos pais (CAMARANO et al., 2006, p. 95) analisam as várias etapas da transição de forma integrada.

a dinâmica das empresas cuja flexibilidade funcional, desregulamentação e modos de emprego atípicos modificam a forma de trabalhar. Segundo, a precariedade das carreiras decorrente da polivalência, da elevação das qualificações impacta as estratégias de recrutamento das empresas, fundadas na experiência qualificante. Terceiro, a vida dos jovens se inserem no espaço institucional e cultural caracterizado pelas mudanças profundas em relação ao tempo linear. Portanto, a realidade do tempo de inserção profissional e de escolaridade para os jovens que seria o fim dos estudos, obtenção do primeiro emprego, entrada na vida conjugal e parentalização está superada (CAMARANO, 2006). Hoje, há uma dissonância entre os tempos sociais e individuais que dificulta o acesso ao estatuto do adulto (GALLAND, 2002). As instituições de hoje se caracterizam por uma forte reversibilidade temporal.

Para atender às exigências dos empregadores de aquisição de experiências, os jovens criam estratégias individuais para inserção: retorno aos estudos, formação paralela, criação de pequenas empresas "por conta própria" e estágios de formação; que se configuram na munição de um portfólio worker (VULTUR, 2005). Os jovens começam a trabalhar mais cedo para superar as clivagens das competências práticas exigidas pelos empregadores, mas não ofertadas pelo sistema educativo. Para Vultur (2007) esta sensibilização dos jovens para o mundo do trabalho, das profissões e das carreiras e da participação de ambas na sua orientação profissional, torna fundamental refletir sobre a relação e a finalidade do trabalho, pois, apesar das mudanças, ele continua sendo um valor importante em nossa sociedade por ser uma referência básica de inclusão social. Para o jovem, trabalhar, por mais duro e estressante que possa ser, é independência, realização e dignidade (CORROCHANO, 2001).

Trabalho: direito do jovem como ator social

De modo geral, o tema do trabalho dos jovens é abordado pelos estudiosos, formuladores e gestores de políticas públicas a partir da exclusão social e da pobreza. Diante do reconhecimento de que os jovens são atores sociais e portadores de novas identidades coletivas, cabe desenvolver e implementar novos paradigmas sobre o trabalho deste segmento. A abordagem do jovem como ator social permite sair da retórica da piedade e superar o discurso da exclusão (LEITE, 2003). Trata-se do trabalho como direito e um componente essencial da formação do jovem, como indivíduo e cidadão. Os objetivos deste estudo visam desenvolver e implementar o paradigma do jovem como ator social participativo e sujeito de direitos e cidadania.

METODOLOGIA

Neste artigo vamos fazer um recorte a partir dos dados obtidos junto aos participantes do projeto Novos olhares, com o foco específico no trabalho. A metodologia utilizada vem sendo construída pelo Observatório da Juventude da Universidade de Brasília (UnB), que visa estimular reflexões acerca de temas relevantes para os jovens que vivem na periferia do Distrito Federal, cujo foco central está nas "escolhas, no futuro profissional e pessoal, nas diferenças, nas relações familiares, com o meio ambiente urbano e a comunidade onde vivem". O projeto é composto por três etapas: realização de encontros com jovens de três regiões administrativas do Distrito Federal e de três cidades do Entorno; elaboração do mapa da juventude de cada cidade; e a realização de fóruns com os gestores públicos locais.

Os encontros com os jovens de Novo Gama e de Brazlândia foram realizados nas respectivas cidades, no ano de 2009. A ideia inicial de realizar todas as etapas do projeto na própria cidade dos jovens, de forma a envolver os gestores públicos locais em todas as fases do projeto, foi descartada devido à existência da "territorialidade das gangues", em São Sebastião. Diante desta realidade, e tendo em vista que nas outras três cidades também teríamos situações similares, optamos por fazer os encontros com os jovens de todas as cidades no campus Darcy Ribeiro e para isso, um ônibus foi fretado. Os resultados dos encontros foram inspiradores e a integração entre jovens de diferentes cidades gerou interessantes debates.

RESULTADOS E DISCUSSÃO DAS ENTREVISTAS COM OS PARTICIPANTES DA PESQUISA

A estatística descritiva deste documento refere-se aos questionários aplicados em Planaltina de Goiás, Águas Lindas, Novo Gama, Brazlândia, Ceilândia e São Sebastião, durante os anos de 2009 e 2010, aos jovens entre 15 e 25 anos, pelo Observatório da Juventude. Os questionários foram respondidos pelos jovens que se apresentaram como voluntários – todos estudantes matriculados nas escolas da rede pública de ensino.

Do número total de 181 entrevistas, cerca de 70% foram feitas com mulheres e 30% com homens, de idades concentradas entre 16, 17 e 18 anos. Os entrevistado(a)s dividiram-se entre pardo(a)s (57%), branco(a)s (22%), negro(a)s (10%), amarelo(a)s (6%), indígenas (2%) e 3% com a etnia/cor não declarada. Quase a totalidade era solteira. A maioria (64%) é nascida no Distrito Federal, enquanto 11% são do Estado de Goiás e 22% nascidos em outros estados, indicando que há uma significativa migração interestadual. 41% residiam entre quinze e dezenove anos na cidade atual – muitos, desde o nascimento. Já 28% residiam de oito a catorze anos, 13% residiam entre dois a sete anos e 6% residiam há um ano ou menos, evidenciando mudança de local de moradia.

COMO VIVEM

Perguntou-se para o entrevistado quantas pessoas residiam na casa dele, contando consigo próprio. Observa-se que em cada casa há, em média, cinco moradores. Outro ponto a se destacar é que nenhum dos entrevistados morava sozinho.

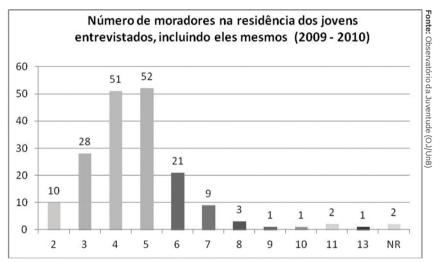


Gráfico 1. Número de moradores por residência com o entrevistado



ParticipAção 75 =

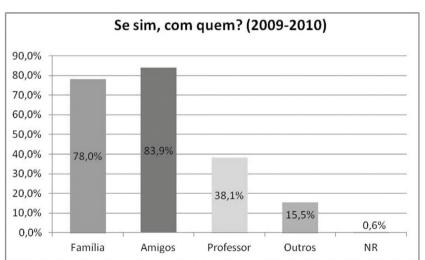
Entre os pais, houve predominância dos que possuíam o Ensino Funda mental incompleto (50%), seguido dos que completaram o Ensino Médio (20%) e, por último, os que não possuíam nenhuma escolaridade (8%). Quanto à escolaridade geral dos jovens entrevistados, grande parte ainda cursava o Ensino Médio (80%), resultado esperado devido à idade em que se concentrava a maior parte deles (16, 17 e 18 anos).

FUTURO PROFISSIONAL

Quando perguntados se já conversaram com alguém sobre planos profissionais, 84% dos jovens o fizeram com amigos, 78% com familiares, 38% com professores e 16% com outras pessoas não listadas, tais como namorado ou namorada. Os dados revelam a importância do tema entre os jovens, onde os amigos e a família possuem um papel de apoio muito significativo.



Gráfico 2. Com quem conversou sobre planos futuros



Todos (100%) os jovens entrevistados pretendiam concluir o Ensino Médio; 98% pretendiam entrar na universidade e 95% desejavam fazer curso profissionalizante – há convergência de aspirações às duas modalidades de ensino: superior e profissionalizante. Dentre os cursos que pretendem fazer na universidade, predomina a escolha pelo curso de Direito (15%), seguido por Medicina (12%).

São 46% os entrevistados que trabalhavam no local em que residiam, enquanto 23% trabalhavam em Cidade Satélite de Brasília, 16% trabalhavam em Brasília e 16% trabalhavam em outros locais. O setor de serviços foi o que mais empregou (23%), seguido do comércio (14%). Foram 14% os que tinham negócio próprio. No setor de agropecuária, 12% estavam empregados; a indústria tem o menor percentual de empregados, 3%. Dos entrevistados, 28% estagiavam.

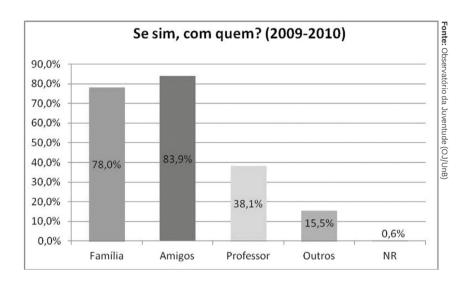


Gráfico 3. Setor do trabalho dos entrevistados

O salário declarado por pouco mais de 87% dos entrevistados correspondia a um salário mínimo (ano de 2010). Os que ganhavam acima de um SM não somavam 13%.

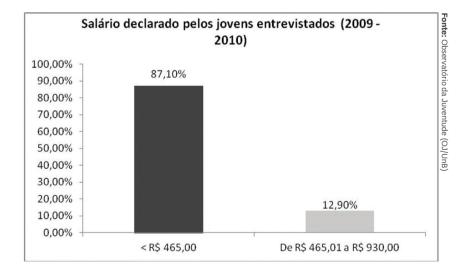


Gráfico 4. Salário declarado pelos entrevistados

Os jovens entrevistados que trabalhavam com carteira assinada somam 11%. Isto sinaliza a precariedade do trabalho para os jovens.

Fonte: Observatório da Juventude (OJ/UnB Porcentagem dos jovens que trabalham com carteira assinada (2009 - 2010) 100,00% 89,47% 90.00% 80,00% 70,00% 60,00% 50,00% 40.00% 30,00% 20,00% 10,53% 10,00% 0,00%

Gráfico 5. Trabalho com carteira assinada

Na quantidade de horas diárias trabalhadas, cerca de um terço (33%) trabalhava quatro horas, 18% trabalhavam cinco horas e 13% trabalhavam seis horas; 27% trabalhavam acima de seis horas diárias, o que pode interferir no aproveitamento dos estudos.

Não

Sim

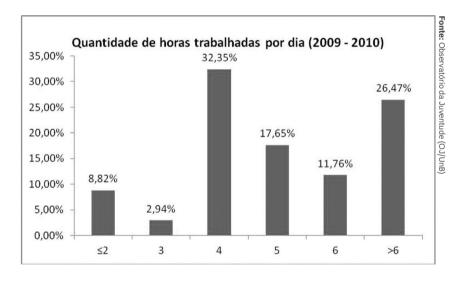


Gráfico 6. Horas diárias trabalhadas

Considerações finais

A tese central deste trabalho é a transitoriedade protegida para a vida adulta dos jovens de 15 a 24 anos através de políticas públicas que favoreçam a inserção profissional concebendo o jovem como ator social. A tematização juvenil permanece concebida de duas formas — ou como etapa problemática ou como fase preparatória da vida. Optou-se pela compreensão transicional, entendida como moratória social, ou seja, um crédito que protela a entrada do jovem na vida adulta visando uma melhor preparação para o desempenho futuro. O aumento da população em idade ativa torna o jovem um ator estratégico do desenvolvimento econômico, entretanto este "bônus demográfico" resultado desta "onda jovem" é fortemente ameaçado pelo desemprego. O *prolongamento da juventude* se configura por jovens que têm a moratória protegida enquanto os de baixa renda são obrigados trabalhar.

Neste estudo, identificamos os jovens entrevistados como filhos das classes trabalhadoras referenciadas a partir do baixo grau de escolaridade dos pais, 58% com Ensino Fundamental incompleto. A tendência de *prolongamento da juventude* foi observada a partir do indicador permanência na casa dos pais, pois todos os entrevistados moram com a família, em residências com cinco

pessoas em média. Embora o salário identificado seja de 87% com o salário mínimo, isto indica que eles ajudam nas despesas da casa. Conclui-se que o prolongamento da juventude para estes jovens ocorre por meio da precocidade na entrada no trabalho para compor a renda familiar. Em consequência, a sua moratória é marcada pela exclusão, ao contrário dos que permanecem em casa usufruindo da moratória para melhor se prepararem para o ingresso em empregos que exigem maior escolaridade e experiências diversas.

Embora nossa perspectiva não seja de conceber o trabalho como uma tragédia para os jovens trabalhadores das classes populares, e sim como o exercício ao direito de cidadania, a questão que surge é se esses empregos – precarizados, pois, 90% não assinam a carteira de trabalho – estariam contribuindo para uma qualificação maior, além da experiência do salário.

Uma das características da boa empregabilidade é a disponibilidade de tempo para que o jovem possa estudar. No grupo entrevistado há um número elevado de 27% que trabalham acima de 6 horas diárias, contrapondo-se ao previsto na Constituição Federal, de 1988, art. 7º, inciso XXXIII, e na Consolidação das Leis do Trabalho arts. 402 a 442. As horas trabalhadas acima de seis podem dificultar o andamento dos estudos.

Também chama atenção o fato dos jovens mesmo sem terem terminado o Ensino Médio já estarem vivenciando experiências no trabalho. Seria a construção de um portfólio worker, isto é, a garantia de ter experiência e qualificação exigida pelas empresas empregadoras (VULTUR, 2007). Isto mostra o trabalho como uma categoria central para os jovens. Dos entrevistados 27% fazem estágios. Cerca de 14% trabalham em atividade por conta própria evidenciando o empreendedorismo entre os jovens. Isto pode ser um indicador para a elaboração de políticas públicas para os jovens do Ensino Médio que já atuam em atividades empreendedoras.

É preciso ampliar o acesso destes jovens a algum tipo de orientação vocacional profissional porque a maioria 84% já falou sobre o tema com os amigos, 74% com familiares e 38% com os professores. Isto indica que a escola precisa estar presente, em parceria com os jovens e com as famílias, para orientar sobre o conhecimento do mercado de trabalho e suas potencialidades. A maioria quer fazer Direito e Medicina. Por que será? São os cursos que têm maior visibilidade por *status* social. Será que isso é suficiente para uma escolha profissional? O que é um projeto de orientação profissional? Como integrá-lo ao desenvolvimento local? Levando em conta que 64% nasceram no DF e são filhos de migrantes é preciso maior atenção do Estado ao desenvolvimento local sustentável para proporcionar aos jovens a oportunidade de serem produtivos, aproveitando o bônus demográfico.

ParticipAção 79 =

ABRAMO, Helena, Wendel. Condição Juvenil no Brasil Contemporâneo. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Orgs.). Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 37-72.

AQUINO, Luseni Maria Cordeiro de. Introdução: a juventude como foco das políticas públicas. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria Cordeiro de; ANDRADE, Carla Coelho de. *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília: Ipea. 2009. 303 p. BOURDIEU, P. A "juventude" é apenas uma palavra. In: *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRANCO, Pedro Paulo Martoni. Juventude e trabalho: desafios e perspectivas para as políticas públicas. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 129-148.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). Disponível em: http://portal.mte.gov.br/politicas_juventude/. Acessado em: 28/02/2012.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://planalto.gov.br/ccivil_03/Constituição.htm. Acessado em: 28/02/2012.

CAMARANO, Ana Amélia; MELLO, Juliana Leitão; KANSO, Solange. Um olhar demográfico sobre os jovens brasileiros. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria Cordeiro de; ANDRADE, Carla Coelho de. *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília: Ipea. 2009. p. 73-88.

CAMARANO, Ana Amélia (Org.). Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição? Rio de Janeiro: Ipea, 2006.

CORROCHANO, Maria Carla. *Jovens olhares sobre o trabalho. Um estudo dos jovens operários de São Bernardo do Campo.* Dissertação de mestrado. São Paulo, Faculdade de Educação da USP, 2001.

GALLAND, O. Sociologie de la jeunesse. Paris: Armand Colin, 1997.

LEITE, Elenice Moreira. Juventude e trabalho: criando chances, construindo cidadania. In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho. *Políticas públicas*: juventude em pauta (Orgs.). São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003. p. 153-172.

MERCURE, Daniel. Pós-facio les jeunes et le travail: un fair social total. In: BOURDON, Sylvain; VULTUR, Mircea. *Regard sur* ... Les jeunes et le travail. Les Éditions de l'Institut Québécoise de Recherche Scientifique (IQRC). Québec-CA: Les Presses de l'Université Laval, 2007. p. 283-303.

OIT. Tendencias mundiales del empleo juvenil: agosto 2010: edición especial sobre las repercusiones de la crisis económica mundial en los jóvenes / Oficina Internacional del Trabajo. - Ginebra: OIT, 2010 93 p. ISBN: 9789223238551 (print); 9789223238568 (web pdf)

_____. Programa Global de Emprego. Genebra, 2001. (documento para debate, mimeo).

PAIS, J. M. Culturas juvenis. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2003.

PERALVA, A. O jovem como modelo cultural. Revista Brasileira de Educação. São Paulo: Anped, n. 5/6, 1997.

SILVA, Enid Rocha Andrade da; ANDRADE, Carla Coelho de. A política nacional de juventude: avanços e dificuldades. CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria Cordeiro de; ANDRADE, Carla Coelho de. *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília: Ipea. 2009. p. 43-69.

SILVA-FREITAS, M. C. *Educação profissional da juventude na crise do emprego*. Tese de Doutorado em Sociologia. Brasília: Dep. Sociologia/UnB, 2004. 274p.

VULTUR, Mircea. Os jovens e os programas de inserção profissional no Quebec: entre a lógica do ator e a normatividade institucional. In: CASTRO, Lucia Rabello de; CORREA, Jane. *Juventude contemporânea: perspectivas nacionais e internacionais*. Rio de Janeiro: Faperj, 2005. p. 203-228.

Maria da Conceição da Silva Freitas é professora doutora, adjunta da Faculdade de Educação (FE/ UnB) e pesquisadora e orientadora do projeto, vinculado ao Observatório da Juventude da UnB / Ceam mariadaconceicaosilvafreitas@gmail.com.

Cauan Braga da Silva Cardoso, cauan.br@gmail. com é estudante do curso de Estatística e bolsistas de Extensão do Observatório da Juventude da UnB.

Raul Henrique Athayde Braz, athayderaul@ hotmail.com é estudante do curso de Estatística e bolsistas de Extensão do Observatório da Juventude da UnB.